

Recado de Sayad aos banqueiros: o Brasil precisa de uma solução definitiva para a dívida externa.



O governo brasileiro entende ser indispensável resolver em caráter definitivo o problema da dívida externa, não só para garantir o sucesso do plano de estabilização da economia, mas também para permitir o crescimento econômico. Esse claro recado será transmitido amanhã, pelo ministro do Planejamento, João Sayad, aos banqueiros internacionais que estarão reunidos na 17ª Assembléia Anual do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), em San José da Costa Rica.

Sayad, que chegou à capital do país centro-americano na noite de sexta-feira passada, vai explicar aos bancos credores que a redução da excessiva transferência de recursos para o exterior constitui elemento indispensável à consolidação do equilíbrio financeiro do setor público, à retomada dos investimentos e, portanto, à sustentação do crescimento a médio e longo prazos.

Em seu discurso, o ministro do Planejamento fará, primeiro, um histórico das medidas de estabilização da economia brasileira. Depois, salientará as perspectivas do programa. Segundo Sayad, numa primeira etapa, o programa traduz-se num congelamento generalizado e absolutamente rigoroso dos preços. Nessa etapa, em que governo não deve abrir exceção e desviar-se da regra geral, distorções setoriais e algumas injustiças são inevitáveis. "É o preço que se paga para erradicar uma inflação crônica, que parecia haver se instalado como característica permanente da dívida econômica e social do País", lembrará.

Sayad explica que a confiança do governo na estabilidade dos preços repousa não apenas no apoio da sociedade, mas também em fatores

de ordem econômica. Mencionará que, além de ter estabelecido as pré-condições básicas do programa, o governo conta hoje com espaço de manobra resultante da supressão da correção monetária implícita nos preços a prazo. Com isso, ao seu ver, desaparece um componente importante na formação dos preços, afetando em cadeia as relações inter-setoriais e facilitando substancialmente a implementação da primeira etapa do programa.

A segunda etapa, segundo Sayad, ocorrerá depois de consolidada a estabilidade do nível geral dos preços. Ai então serão permitidos ajustes setoriais de preços para corrigir distorções. Esses ajustes, assegura o ministro, não resultarão necessariamente em ressurgimento da inflação, porque os aumentos de alguns preços deverão ser compensados pela redução de outros. Exemplifica com o caso dos preços dos derivados de petróleo: uma vez fixada a taxa de câmbio e persistindo a tendência de queda dos preços do petróleo no mercado internacional, o governo poderá "eventualmente" repassar a queda de preços em dólares ao consumidor de gasolina. Ou seja, poderá chegar um momento, afirma Sayad, em que o consumidor poderá pagar menos para encher o tanque de seu carro.

A revisão seletiva dos preços congelados, explica o ministro, será seguida por uma terceira etapa de gradual descongelamento e de retorno ao pleno funcionamento de sistema de preços, para que a estabilidade do nível geral dos preços seja preservada. Sayad garante que o governo manterá sob controle as fontes primárias de pressão inflacionária.

(A.M.)